

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.148 - SP (2020/0007689-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : RUA DO PARQUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ADVOGADOS : PAULO DÓRON REHDER DE ARAÚJO E OUTRO(S) - SP246516
ANNA SYLVIA VITORINO DE ALBUQUERQUE - SP208064
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LAURA MENDES AMANDO DE BARROS E OUTRO(S) - SP183413
INTERES. : RONILSON BEZERRA RODRIGUES
INTERES. : EDUARDO HORLE BARCELLOS
INTERES. : CARLOS AUGUSTO DI LALLO LEITE DO AMARAL
INTERES. : LUIS ALEXANDRE CARDOSO DE MAGALHAES

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RUA DO PARQUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Decisão que, em sede de ação civil por ato de improbidade administrativa, deferiu pedido de decretação de indisponibilidade dos bens do réu, diante da suspeita da prática de atos de improbidade administrativa – Presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, a justificar a concessão da medida – Precedentes deste E. Tribunal – Tese de inadequação da via eleita que não colhe, pois, ao que tudo indica, a inicial atribui à requerida condutas que constituem, em tese, ato de improbidade administrativa, não se justificando, a princípio, a alegação de que estaria a Municipalidade se valendo de ação civil como mero instrumento de coação para o pagamento de tributos – Tudo o mais haverá de ser apreciado no julgamento da causa, revelando-se prematura e inadequada a discussão de questões que interferem com o mérito da demanda – Recurso improvido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 935 do CC, no que concerne ao alcance de decisão penal no processo administrativo, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Os vv. acórdãos recorridos violaram as regras contidas no art. 935 do CC, pois não considerou a sentença criminal que qualifica o Recorrente como vítima do crime de concussão, o que evidencia a inexistência de crime a ser imputado ao Recorrente, pois que, por óbvio, quem é vítima,

não tem dolo nem culpa (fls. 1196).

A sentença proferida na esfera criminal decidiu que as construtoras foram vítimas dos auditores fiscais, de forma categórica, ao afirmar que: "essa era a situação das construtoras vítimas, de total conhecimento pelos então auditores fiscais, ora réus". (fl. 475) "existe uma enormidade de elementos probatórios, a indicar que ocorrida de fato exigência e o crime em questão é o de concussão e não de corrupção passiva" (fl. 558 - g.n.) (fls. 1196).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 300 e 301 do CPC, e 3º da LIA, no que concerne à ausência dos requisitos para a concessão de liminar, trazendo, em síntese, o(s) seguinte(s) argumento(s):

Consequência da aplicação do artigo 935 do CC, leva ao não preenchimento e afronta aos artigos 300 e 301 do CPC, diante da inexistência de requisitos autorizadores para a concessão da medida liminar, bem como do art. 32 da LIA, pois não houve qualquer ato de improbidade por parte do Recorrente, direta ou indiretamente (fls. 1196).

É o relatório. Decido.

Quanto a ambas as controvérsias, na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente